



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 2/2025

Data da Sessão Ordinária

30 de abril de 2025

Início

20:30 horas

Termo

23:20 horas

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo trinta, de catorze de abril de dois mil e vinte e cinco. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carla Alexandra Pereira Silvério, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. -- Não esteve presente, a Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel Nascimento Almeida, do Partido Socialista. -----

Em representação das Juntas de Freguesia, estiveram presentes os Presidentes; - José Manuel Ricardo (Santa Margarida da Coutada), Ana Luísa Cartaxo Manique (Montalvo) e Paulo Gameiro Sena Freitas (Constância). -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelas Senhoras Vereadoras Maria Helena Soares Roxo e Maria Manuela de Oliveira Arsénio, e pelos Senhores Vereadores, Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques. -----

Esteve ainda presente para prestar esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, e, Daniel Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, no apoio logístico à Assembleia Municipal, ambos funcionários da Autarquia. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério; Segunda Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido no período entre o dia vinte e oito de fevereiro e trinta de abril de dois mil e vinte e cinco. ----



Seguidamente, apresentou a Ata número cinco, de dezanove de dezembro de dois mil e vinte e quatro, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções significativas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção naquele período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para referir que, há cerca de um mês que a Extensão de Saúde da sua Freguesia não tinha médico. Pretendia questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se estava previsto o seu regresso. Se sim, para quando. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco. -----

Com a devida autorização passou à leitura do Voto, que se transcreve.: “Voto de Pesar – A bancada do Partido Socialista apresenta um Voto de Pesar pela morte do Papa Francisco, que ao longo do seu pontificado defendeu com coragem, a dignidade da vida humana, a justiça social, a diversidade de culturas e religiões, a igualdade entre os homens, a liberdade e a paz. -----

Assembleia Municipal de Constância, 30 de abril de 2025. -----

Os eleitos do Partido Socialista”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar a votação para aceitação, sendo aprovado por unanimidade. Passando de imediato à discussão do mesmo. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada estava solidária com o Voto de Pesar apresentado. Embora bastante singelo, refletia tudo aquilo que tinha sido o pontificado do Papa Francisco. Reforçou, que aquele Voto de Pesar, sentido por todos, não deveria apenas ficar pela concordância nas palavras, mas sim, com políticas que fossem ao encontro do preconizado pelo Papa Francisco; na justiça social, na paz e na fraternidade, e que, a sua fonte inspiradora pudesse contribuir para um mundo muito melhor. -----

Não havendo mais intervenções, o Voto de Pesar foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual o balanço que

o Executivo Municipal fazia das Festas do Concelho - Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem. Assim como, se o orçamento para as mesmas tinha sido superior ou inferior aos últimos anos. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que a sua Bancada continuava com algumas dúvidas, relativamente ao acordo de colaboração celebrado com o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) sobre o programa de apoio à habitação para pessoas carenciadas. Referindo-se objetivamente, às cinco soluções que estavam no acordo, pretendendo saber se alguma delas tinha sido executada e, qual a evolução das mesmas, ou seja, se tinha havido projetos e candidaturas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor José Manuel Ricardo, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, referindo que as informações que tinha da ULS - Médio Tejo, era que se tratava de uma situação provisória, explicando o seguinte: - Com a passagem à reforma da Doutora Ema Silva, do Centro de Saúde de Constância, o Doutor Carlos Trindade, que fazia três dias por semana em Constância e dois em Santa Margarida da Coutada, tinha sido colocado a tempo inteiro no Centro de Saúde de Constância. Quando a Doutora Elisabete regressasse, o que estava perspectivado, era o Doutor Carlos Trindade regressar à Extensão de Saúde de Santa Margarida da Coutada dois dias por semana e, três dias a Constância. Naquele momento a informação que tinha era a seguinte: a Doutora Elisabete regressaria na próxima semana; a Doutora Ema Silva, na condição de reformada, tentaria, através do programa "Bata Branca" ou, de um contrato direto, mediante autorização da Secretaria de Estado da Saúde, voltar a prestar serviço no Concelho, havendo já a concordância desta para prestar serviço no Centro de Saúde de Constância, três dias por semana, focada apenas nas áreas do planeamento familiar, saúde materno-infantil e doentes com diabetes. Respondendo diretamente à questão apresentada, referiu que o Doutor Carlos Trindade, não regressaria à Extensão de Saúde de Santa Margarida da Coutada na próxima semana, por motivos de doença. Logo que tivesse alta, retomaria os dois dias por semana naquela Extensão de Saúde. -----

Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, referiu que tinha havido um ligeiro acréscimo na despesa em relação a anos anteriores, com origem na contratação de artistas, bandas e fogo de artifício, na ordem dos dez mil euros. Sobre o balanço final, referiu que ainda não tinha sido feita a reunião final com as Associações e Coletividades do Concelho e comerciantes da Vila. A



ideia que tinha, era que, embora as condições meteorológicas não tivessem sido favoráveis, o resultado era positivo. -----

Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referiu que não tinha nenhuma informação adicional à informação constante no documento referido, não tendo havido nenhuma evolução sobre o assunto. O projeto estava feito, aguardando-se a abertura de uma nova oportunidade de candidatura. -----

Não havendo mais intervenções para este período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de prestação de contas e de inventário relativos ao exercício de 2024 - Para deliberação; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do período de 2024 – Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 – 2.ª Alteração – Para deliberação; -----
5. Estatuto do Direito de Oposição – Relatório 2024 – Para conhecimento; -----
6. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
7. Outros assuntos de interesse. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Havendo público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém pretendia intervir. -----

Solicitou a palavra a Senhora Celestina Maria Matos Gomes, de Montalvo, cujos assuntos diziam respeito a Urbanismo, limpeza e segurança na sua freguesia. -----

Com a devida autorização, começou por referir que os assuntos que pretendia apresentar, já os tinha apresentado em reunião de Câmara e até por e-mail, sem qualquer efeito prático. Residia na Freguesia de Montalvo, na Rua 5 de Outubro, desde dois mil e quatro. Sendo um Bairro habitacional, existiam no mesmo, situações que considerava pouco saudáveis e seguras, começando por elencar algumas delas: - Existiam espaços destinados a construções que, embora pertencentes a privados, estavam por limpar,



perigando as habitações contíguas a possíveis incêndios. Em sua opinião, a Câmara Municipal deveria ter aquela situação em atenção. Também a estrada, no início da Rua 5 de outubro, estava permanentemente cheia de buracos, embora a Junta de Freguesia de quando em vez os fosse tapando. A localização dos ecopontos estava numa rua particular, tendo como resultado, sempre que as viaturas de recolhas (plástico, vidro e papelão) operavam nas recolhas, não era possível aos moradores entrarem e saírem das suas garagens. Também existiam situações, já relatadas em reuniões de câmara, de ruas com falta de passeios. Estas situações já tinham anteriormente sido reportadas por e-mail e, nunca tinham obtido qualquer resposta. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da limpeza dos terrenos (erva) referindo que em anos anteriores e sempre que notificados, os proprietários tinham procedido à limpeza daqueles espaços. Este ano, seria idêntico. Quanto ao tapamento dos buracos na via, os trabalhos tinham sido feitos e continuariam a ser, em articulação com a Câmara Municipal, sendo esta a fornecer os materiais para o efeito. Relativamente ao ecoponto e à sua localização, seria objeto de análise, sendo necessário ouvir os técnicos e definir alternativas. Quanto aos e-mails referidos sem resposta, referiu que todos os e-mails que lhe chegavam eram respondidos, no entanto, algo de anormal teria acontecido para não ter conhecimento dos mesmos, provavelmente por extravio. Pelo facto pedia desculpa. -----

PONTO 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DE INVENTÁRIO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2024 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o documento era bastante extenso, pretendendo dar nota inicial dos dados que considerava mais relevantes. Assim, referiu que as taxas de execução da receita tinham atingido os 90% (noventa por cento); na despesa a taxa de execução tinha sido superior a 80% (oitenta por cento); as Grandes Opções do Plano nos 80% (oitenta por cento); tinha sido liquidada cerca de 97% (noventa e sete por cento) da despesa faturada; tinha sido mantido o equilíbrio global e efetivo e, o resultado líquido do exercício continuava negativo, com um valor de 658.000€ (seiscentos e cinquenta e oito mil euros). No entanto, o valor era inferior ao ano transato, em cerca de 300.000€ (trezentos mil euros). Apesar dos indicadores referidos, tinha sido possível desenvolver um conjunto de intervenções e iniciativas




dignificantes para o Concelho. Terminou a sua intervenção com um agradecimento à Divisão Municipal Administrativa e Financeira, pelo empenho na elaboração daquele documento de elevada qualidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que pretendia ser esclarecido sobre os seguintes pontos: - Estava mencionado no documento em análise, a requalificação do “Lago da Rua Grande”. Questionava, se a designação estava correta ou havia algum equívoco; era apresentado um valor para a melhoria da mobilidade no Médio Tejo “Projeto CIMT”, com um valor de 99.248,45€ (noventa e nove mil duzentos e quarenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos). Questionava, onde é que aquela melhoria se tinha feito sentir; na promoção e limpeza da higiene urbana, era apresentado um valor de 102.427,12€ (cento e dois mil quatrocentos e vinte e sete euros e doze cêntimos). Como considerava um valor bastante significativo, pretendia saber qual o custo atual por tonelada, da deposição de lixo em aterro; verificava que tinha havido um aumento de horas extraordinárias em cerca de 27% (vinte e sete por cento) relativamente ao ano anterior. Pretendia saber, qual ou quais as razões para aquele aumento; por fim, na aquisição de bens de capital (edifícios), verificava uma verba de 599.511,00€ (quinhentos e noventa e nove mil quinhentos e onze euros). Pretendia saber do que é que se tratava. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos devidos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por confirmar o erro na designação de “Lago da Rua Grande”, devendo ler-se “Largo da Rua Grande”. Quanto aos 99.248,45€, referentes à melhoria da mobilidade no Médio Tejo, tinham a ver com o transporte escolar. Quanto aos resíduos sólidos urbanos, não tinha presente o valor exato a pagar por tonelada, comprometendo-se a fazer chegar posteriormente aquela informação. Sobre as horas extraordinárias dos trabalhadores do Município, tinham sido originadas por situações diversas e urgentes, tais como: roturas de água, diversos eventos realizados no Concelho, abertura do Cine Teatro para atividades Municipais, horas dos motoristas, etc. Sobre os 599.511,00€, eram relativos à Loja do Cidadão (empreitada e aquisição do edifício). -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que pretendia com a sua intervenção, fazer algumas observações e apresentar algumas questões sobre o documento em análise. A primeira questão, dizia respeito ao Balanço Social; pretendia




saber, qual o número de funcionários transferidos para a Autarquia no âmbito das transferências de competências da educação e da saúde, designadamente, Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos, uma vez que os números apresentados não faziam distinção, referindo apenas totais. Sobre o documento, numa análise mais técnica, realçava como positivo, o facto de não existirem reservas na certificação legal de contas e, o imenso trabalho desenvolvido pelos técnicos da Divisão contabilística e financeira do Município para o aprontamento do documento, os quais parabenizava. Em termos gerais, concordava com algumas razões apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, como a justificação das reduções verificadas tanto na despesa como na receita, designadamente; a Câmara Municipal ter tido no ano de 2023 (dois mil e vinte e três) um orçamento de onze milhões de euros e no presente, estarem a aprovar uma conta, cujo valor era inferior em cerca de dois milhões de euros. Também existiam razões com as quais não concordavam, nomeadamente; as obras que não tinham sido realizadas, dando como exemplos, a Loja do Cidadão e habitação. Também, no respeitante ao resultado líquido negativo, pretendia questionar, se o mesmo era resultado da falta de investimento e, se os valores das doações estavam ou não incluídos nas contas. Quanto às dificuldades financeiras verificadas e reportadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha alguma dificuldade em as entender, uma vez que dificuldades financeiras sempre tinham existido e continuariam no futuro, atendendo à dimensão do Concelho. No entanto, lembrava que tinha havido uma receita extraordinário do Estado em cerca de 570.000,00€ (quinhentos e setenta mil euros). Também era referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, um aumento da despesa com pessoal. Verificava, que em relação ao ano anterior, o aumento era apenas de 188.000€ (cento e oitenta e oito mil euros) sabendo que aquele valor englobava; aumentos salariais, segurança social, horas extraordinárias e outras despesas relacionadas com pessoal. Também era referido, que tinha havido um aumento no custo dos bens. Era verdade, no entanto, verificava que a aquisição de bens tinha diminuído em cerca de 50.000€ (cinquenta mil euros) de 2023 para 2024 e, a aquisição de serviços tinha aumentado em cerca de 70.000€ (setenta mil euros). Em sua opinião, o que se tinha recebido a mais do orçamento de Estado, daria para compensar e ainda sobrava dinheiro. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por solicitar e dar a palavra à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, para responder à questão dos Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos, assim como, ao resultado líquido do exercício. -----

A Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira começou por referir que, com



alguma margem mínima de erro, a 31 (trinta e um) de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), na área da educação, existiam 28 (vinte e oito) Assistentes Operacionais, 5 (cinco) Assistentes Técnicos e um Chefe de Serviço, totalizando 34 (trinta e quatro) pessoas. Na área da saúde, existiam 3 (três) Assistentes Operacionais. A margem de erro que poderia existir, era referente às diversas situações que estavam permanentemente a ocorrer. Quanto ao resultado líquido do exercício, começou por explicar que a falta de investimento não afetava positivamente o resultado líquido do período, assim como, outras justificações meramente técnicas, dando para o efeito alguns exemplos práticos. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para continuar a responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária. No respeitante a questões concretas, começando pela habitação (obras não realizadas), pretendia clarificar o seguinte: - Se existiam Concelhos com os processos para habitação mais adiantados que Constância (dando como exemplo Alcanena), a razão era simples de entender; eram Concelhos que tinham liquidez suficiente, tinham adquirido os imóveis e feita a cedência ao IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) pelo direito de superfície, facilitando o processo para a celebração dos acordos e lançamento das respetivas empreitadas. Quanto às dificuldades financeiras referidas na nota prévia que tinha colocado no documento, lembrou, que desde que era Presidente da Câmara Municipal de Constância, era a primeira vez que tinha sido necessário usar a primeira tranche do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) recebida no mês de junho, para pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores da autarquia. O habitual, era utilizar aquela verba para investimento ou outro tipo de despesas, nunca para salários. -----

Voltou a solicitar a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, analisando a resposta obtida sobre o Balanço Social, confirmava-se o que, tanto a sua Bancada como a Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, vinham referindo há algum tempo; a trinta e um de dezembro, o Município tinha apenas 37 (trinta e sete) Assistentes Operacionais, incluindo os Sapadores Florestais, e pessoas da limpeza. Daquela forma, continuavam a faltar trabalhadores para as limpezas; carpinteiros, pedreiros, mecânicos, etc. Em contrapartida, tinham 34 (trinta e quatro) Assistentes Técnicos e 33 (trinta e três) Técnicos Superiores. Compreendia que a tecnicidade exigida atualmente, a assunção de responsabilidades nas áreas das transferências de competências, assim como, novos projetos, “dando como exemplo o PEDIM (Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Médio Tejo)”, exigiam a contratação de Técnicos Superiores, no entanto, continuava a existir uma grande disparidade, refletindo-se nos trabalhos não

especializados que deveriam ser feitos pelos Assistentes Operacionais e não eram, resultando na adjudicação daqueles serviços ao exterior. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido como consequência para o atraso na habitação a falta de liquidez financeira, no entanto, tinham sido lançados a concurso quatro fogos na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, assim como, três na Rua Grande em Constância, estes últimos, propriedade da autarquia. Nestes casos, a não ser pelas quantidades, não entendia a justificação. Relativamente ao IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas), pretendia ser esclarecida sobre o seguinte: - Em 2023 (dois mil e vinte e três), o valor do imposto tinha sido de cerca de 336.000€ (trezentos e trinta e seis mil euros). Em 2024 (dois mil e vinte e quatro), 263.000€ (duzentos e sessenta e três mil euros). Uma variação negativa de cerca de 73.000€ (setenta e três mil euros). A estarem corretos aqueles números, contrariavam o descrito na introdução do documento, ao referir que continuavam com valores históricos na arrecadação da receita ao nível do IMT. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder à questão da habitação, referindo que o objetivo do Município para habitação a custos acessíveis era o seguinte: - Construção de trinta fogos, sendo que, a maioria eram aquisições a privados, de imóveis devolutos. Aquele processo de aquisições levado a efeito pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), teria que passar por uma autorização do Senhor Primeiro Ministro. As sucessivas alterações às regras tinham dificultado todo o processo, atrasando-o em cerca de um ano. Aqueles trinta fogos estavam distribuídos da seguinte forma; três na Rua Grande em Constância, em imóveis transferidos para o IHRU pelo direito de superfície. Na Freguesia de Montalvo; três lotes propriedade do Município, também transferidos para o IHRU, já com concurso lançado. Um imóvel na Rua do Terreiro, com acordo e escritura feita entre o IHRU e o proprietário, prevendo-se a construção de três fogos. Na Freguesia de Santa Margarida da Coutada; um lote no Bairro da Serafina, em Malpique, propriedade do Município e já transferido para o IHRU. Também em Malpique, na Rua da Liberdade, um imóvel já adquirido pelo IHRU para a construção de sete fogos. Para além dos já mencionados, existia um conjunto de processos a decorrer para imóveis localizados na Rua da Fonte e na Rua Nova, no lugar da Portela, faltando apenas a autorização do Senhor Primeiro Ministro para o IHRU avançar com a escritura de aquisição. Tudo somado, seriam entre vinte e cinco e trinta fogos. Lembrou ainda, que tinha sido lançado concurso para três lotes em Montalvo e um em Santa Margarida, tendo ficado deserto. Quanto à questão do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas), não havia nenhuma contradição. O que se verificava, era que desde o ano de 2021 (dois mil e vinte e um) até 2024 (dois mil e vinte e quatro), as receitas tinham sido bastante significativas, nunca atingidas em anos anteriores. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que no documento em análise estava uma foto da assinatura de um protocolo com a Associação “Palha de Abrantes”. Pretendia saber, em que consistia aquele protocolo. Estava mencionado, no referente às participações comunitárias, que a Agência para o Desenvolvimento tinha transferido para o Município 1.515,26€ (mil quinhentos e quinze euros e vinte e seis cêntimos) para o gabinete de saúde oral. Pretendia saber se aquele valor era destinado à aquisição de algum equipamento ou, para recursos humanos. Verificava a existência de um reforço na área da educação desporto e laser, contudo, na área da saúde verificava um aumento bastante significativo em relação ao ano de 2023 (dois mil e vinte e três), que tinha sido de 4.773,00€ (quatro mil setecentos e setenta e três euros) e, em 2024 (dois mil e vinte e quatro) 71.820,89 (setenta e um mil oitocentos e vinte euros e oitenta e nove cêntimos). Pretendia saber se o referido aumento estava relacionado com a transferência de competências. Era igualmente referido um protocolo na área da saúde mental, com a Associação “Saúde Mental do Médio Tejo”, com um valor de 8.000,00€ (oito mil euros), pretendia saber quantos utentes estavam a beneficiar daquela verba, assim como, se aqueles utentes não tinham resposta no SNS (Serviço Nacional de Saúde), qual o critério para serem acompanhados por aquela Associação e qual o tempo previsível de acompanhamento. Era referido um valor de 11.000,00€ (onze mil euros) destinado à fixação de médicos de família no Concelho. Pretendia saber se, com aquele valor, já tinha sido possível fixar algum médico. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando a sua intervenção por referir que não concordava com algumas críticas feitas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, nomeadamente, na desvalorização da boa taxa de execução, apelidando-a de “engenharia financeira”. Compreendia, que na análise de um documento de prestação de contas, existisse uma componente política e uma componente financeira, no entanto, lembrou que em cada ano no mês de dezembro, a Assembleia Municipal aprovava a proposta de orçamento e as grandes opções do plano, onde o executivo definia as suas prioridades e as suas opções políticas. Chegados ao momento atual (abril), a Assembleia Municipal apenas e só, analisava e votava a proposta de prestação de contas. Naquele sentido, parabenizava o executivo pela boa gestão sem “engenharias financeiras”, porque as alterações modificativas e as revisões estavam previstas na Lei. Ao longo do ano, o executivo ao aperceber-se do atraso do IHRU no referente à habitação, assim como, a alteração ao financiamento para a Loja do Cidadão, não poderia ter feito outra coisa, senão agir como agiu. Tinha estado atento, e feito o que lhe competia. Em resumo; a prestação




de contas apresentava elevadas taxas de execução e o documento estava bem elaborado e de fácil consulta. Pelo acompanhamento das situações ao longo do ano e das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal sempre que surgiam alterações modificativas e revisões ao orçamento, nada no documento estava em desconformidade. Assim, o que estava em análise, eram; as boas taxas de execução e o equilíbrio financeiro, mesmo com as enormes dificuldades que o Município tinha na arrecadação de receita, atendendo à sua diminuta dimensão. Salientou ainda, a visível poupança em gastos energéticos, a inexistência de pagamentos em atraso, assim como, embora inferiores ao ano anterior, os elevados valores arrecadados pelo IMT. Para terminar, verificava que existia um saldo negativo referente à descentralização de competências na área da educação. Decorrido que estava o mês de abril e tendo em conta o saldo negativo acumulado do ano anterior, pretendia saber o que é que estava a ser feito, no sentido de acautelar aquela situação. Terminou, dando os parabéns aos técnicos da área financeira, pela clareza do documento que, apesar de extenso, era de fácil leitura e interpretação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária; sobre o protocolo celebrado com a Associação “Palha de Abrantes”, como tendo sido um protocolo celebrado entre aquela Associação e o Município de Constância, em que este último, emprestava o Cine Teatro quando solicitado, de forma gratuita e esporádica e, como contrapartida, a Associação disponibilizava anualmente ao Município, de forma gratuita, quatro peças de teatro. Sobre a questão da saúde oral e aos 1.515,26€ (mil quinhentos e quinze euros e vinte e seis centimos), tratava-se de uma intervenção financiada por um quadro comunitário que já tinha encerrado, existindo sempre uma verba cativa que só era libertada com o encerramento do quadro comunitário. Lembrou, que já tinha acontecido o mesmo com o Cine Teatro e com as obras de intervenção na zona ribeirinha. Sobre a questão da saúde mental, não dispunha naquele momento dos elementos solicitados, faria chegar aquela informação posteriormente. Sobre a fixação de médicos de família, aquele valor (11.000€), era referente ao incentivo que o Município oferecia através do programa “Bata Branca” à Senhora Doutora Ludovina Brito, pela prestação de serviços na Extensão de Saúde de Montalvo.-----

Relativamente ao saldo negativo da área da educação, referido pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referiu que, na área




da saúde e ação social, o saldo era positivo, já na área da educação não acontecia o mesmo. Vinham transmitindo aqueles dados na Comissão de Acompanhamento e o que o Senhor Diretor Regional lhes transmitia, era que haveria forma de compensar os Municípios por aqueles deficits, que se faziam sentir mais em concreto, nas refeições escolares. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, começando por referir que da análise que tinha feito ao documento, verificava uma diminuição nos gastos em combustíveis (gaz) em relação ao ano anterior, em cerca de 20.000€ (vinte mil euros). Também, em relação às refeições escolares, tinha havido um decréscimo de cerca de 7.700€ (sete mil e setecentos euros), questionando se o motivo daquele decréscimo era por diminuição de alunos, ou qual a razão. No respeitante às bolsas de estudo do ensino secundário e superior, verificava igualmente um decréscimo de cerca de 6.700€ (seis mil e setecentos euros), questionava qual a razão. Ao inverso, verificava um acréscimo nas despesas com o Campo de Futebol, passando de 38.000€ (trinta e oito mil euros), para 103.000€ (cento e três mil euros). O total do passivo tinha subido em cerca de 930.708,50€ (novecentos e trinta mil setecentos e oito euros e cinquenta cêntimos), pretendia saber se aquele aumento estava relacionado com as aquisições do autocarro e dos carros elétricos, assim como, da máquina varredora. Por fim, verificava que a dívida a fornecedores tinha subido cerca de 105.000€ (cento e cinco mil euros), pretendia saber, se os valores referentes à Loja do Cidadão e à habitação a custos acessíveis estavam incluídos no total daquele passivo. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar qual a razão, para no eixo estratégico 1 (um) “Melhorar as condições de acolhimento empresarial” estar previsto para valorização de investimento, um valor de 33.886,50€ (trinta e três mil oitocentos e oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos), e não ter sido executado qualquer valor. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista: - No respeitante às bolsas de estudo, poderiam acontecer duas situações; a primeira, mesmo existindo mais candidaturas, serem excluídas após análise aos documentos apresentados tendo em atenção os valores declarados pelos agregados familiares. A segunda situação; era a diminuição de candidaturas, por não serem abrangidos pelo regulamento. Diminuindo as candidaturas, diminuía os valores. Quanto ao Campo de Futebol Municipal e ao valor dos 103.000€ (cento e três mil euros),

era referente aos balneários. Em relação às questões relacionadas com o passivo, com a devida autorização, solicitou à Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo para dar os devidos esclarecimentos. -----

No uso da palavra, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, começou por referir que o aumento no passivo não corrente, era justificado maioritariamente, pela aquisição do autocarro em regime de locação financeira. Confirmava o aumento da dívida a fornecedores em cerca de 100.000€ (cem mil euros), dando para o efeito os esclarecimentos técnicos justificativos. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o valor dos 33.886,50€ (trinta e três mil oitocentos e oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos) destinados a melhorar as condições de acolhimento empresarial, diziam respeito ao projeto de execução da ampliação da Zona Industrial de Montalvo. Como não tinha surgido nenhum aviso que permitisse apresentar candidatura, não tinham sido executados naquele ano. O mesmo não aconteceria no ano corrente, uma vez que o estudo do projeto estava quase concluído. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que no documento estava mencionado que a listagem de projetos centralizados tinha sido alterada. Questionando que projetos, e quais as alterações. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder diretamente a esta última questão, referindo que tinham sido; o Museu dos Rios e das Artes Marítimas, por não ser elegível no atual quadro comunitário em vigor até 2030 (dois mil e trinta), assim como, as Piscinas descobertas para Santa Margarida da Coutada. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e doze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Juntas de Freguesia. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou uma Declaração de Voto, que fica a constar como (ANEXO I) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2024 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a proposta era




para aplicação do resultado líquido do exercício em Resultados Transitados. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e doze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

PONTO 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2025, 2ª ALTERAÇÃO - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por, resumidamente, explicar as alterações/atualizações propostas, na 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2025. Assim, na área dos Recursos Humanos; uma trabalhadora tinha transitado em mobilidade para a categoria de Técnico Superior. Na área dos Sistemas Informáticos e Informação; um trabalhador que se tinha aposentado, havendo um lugar a prover. Abertura de um lugar de Assistente Operacional para a equipa de jardinagem, para substituir um trabalhador que iria para a aposentação. Uma mobilidade de Assistente Técnico para Técnico Superior, na Biblioteca Municipal e, um lugar a prover na área do Associativismo, por motivo de aposentação do trabalhador que desempenhava aquela função. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e, doze votos a favor da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

PONTO 5 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO 2024 – PARA CONHECIMENTO -----

Sendo um ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Não havendo intervenções, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 6 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----





O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam algum esclarecimento sobre a informação em análise. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que estava mencionado na informação uma reunião relativa ao “Hotel Vila Tejo”. Pretendia saber qual o conteúdo da mesma. No respeitante a sinistros, verificava uma referência a um sinistro participado pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, referente a danos causados numa viatura do Município, da marca Toyota, provocados por embate. Pretendia saber em concreto o que é que se tinha passado. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que no mapa dos empréstimos bancários existia um valor que correspondia à antiga Escola (Cemitério de Constância). Pretendia ser esclarecida sobre aquele montante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão do “Hotel Vila Tejo”, referindo que se tinha tratado de uma reunião de trabalho, para tratar de assuntos relacionados com aquele investimento particular. A investidora (Brasileira) encontrava-se no nosso País para assinatura dos documentos finais, dependentes do COMPET (Programa para a Inovação, Competitividade e Transição digital). Não queria criar falsas expetativas, no entanto, acreditava que dentro de pouco tempo, a situação poderia estar desbloqueada, com a devida autorização para finalização da aquisição. Quanto ao sinistro, obtida a autorização, deu a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira para os devidos esclarecimentos. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir que o sinistro tinha acontecido por um mau funcionamento do sistema de travagem da viatura (travão de mão) que desconhecia, e, um pequeno descuido seu. Tinha estacionado a viatura numa ligeira inclinação e acionado o travão de mão. Não tinha deixado qualquer mudança introduzida. A viatura foi deslizando, acabando por embater num poste. O seguro tinha sido acionado e a situação resolvida. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre o referido no mapa dos empréstimos bancários. Tratava-se de um empréstimo contratualizado para a ampliação do Cemitério de Constância e arranjos exteriores. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 6 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar se já tinham sido feitas análises na ETAR (Estação de Tratamento de águas Residuais) de Montalvo. Se sim, se os valores já eram satisfatórios, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na última Assembleia Municipal tinha dito que a ETAR já estava em funcionamento, mas ainda não tinha conhecimento do valor das análises. Também pretendia saber da evolução do processo de Contraordenação apresentado pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente). -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que pretendia ser esclarecida sobre um documento designado por “Diagnóstico Geodemográfico”, respeitante ao Radar Social e, qual a data da assinatura do Protocolo com a CIMT, entidade que, de acordo com o conhecimento que tinha, teria participado aquele programa. Assim como, a data do diagnóstico, elaborado pela equipa que estava a trabalhar no Município. Pretendia ainda saber, onde é que o Município estava a pensar aplicar 1.773.380,69€ (um milhão setecentos e setenta e três mil trezentos e oitenta euros e sessenta e nove cêntimos), constantes no documento do resumo diário de tesouraria. Para terminar, pretendia fazer uma observação com carater preventivo, respeitante ao apoio que o Município estava a dar à Associação “Runners”, para apoiar no Grande Prémio da Páscoa em atletismo e outros eventos, podendo haver, atendendo às pessoas envolvidas, uma sobreposição de competências. Assim como, a razão da Autarquia ter optado por apoiar aquela Associação, abdicando dos moldes anteriores. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Sobre a ETAR de Montalvo, referiu já terem recebido as análises, encontrando-se as mesmas dentro dos parâmetros legalmente definidos. Quanto ao Processo de Contraordenação, o Município tinha contestado, não existindo ainda qualquer resposta por parte da APA. -----

Sobre as questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária; - começando pelo Radar Social, não possuía naquele momento, elementos para lhe responder com exatidão,

nomeadamente datas, comprometendo-se a enviar as respostas posteriormente. Quanto ao valor mencionado no resumo diário de tesouraria, deu a seguinte explicação: - Ainda não estava liquidada uma parte significativa das Festas do Concelho, cerca de 130.000€ (cento e trinta mil euros); cerca de 200.000€ (duzentos mil euros) tinham sido recebidos do IHRU, para habitação a custos acessíveis; cerca de 200.000€ (duzentos mil euros) tinham sido depositados na conta do Município, para aplicação no alargamento do Cemitério de Constância; as obras previstas para infraestruturação da fase II da Aldeia de Santa Margarida da Coutada e da Rua Principal, tinham um valor contratualizado em cerca de 600.000€ (seiscentos mil euros) de empréstimo, insuficientes, uma vez que teve que ser feita uma revisão ao preço base, sendo necessário assegurar com receitas próprias, cerca de 200.000€ (duzentos mil euros); tinham o subsídio de férias para pagar no mês de junho aos trabalhadores do Município. O que poderia parecer exagerado, não era. Quanto à questão da Associação “Runners” e do seu envolvimento no Grande Prémio da Páscoa em Atletismo, era um assunto que tinha sido discutido internamente, não tendo a referida Associação recebido qualquer contrapartida por parte do Município. Com a devida autorização, deu a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, para um melhor esclarecimento sobre a participação daquela Associação. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir que o Município, naquele tipo de eventos, tinha como política, envolver as Associações e Coletividades do Concelho, assim como, cidadãos comuns, uma vez que a disponibilidade do Município em funcionários, era bastante diminuta para as necessidades da prova (Grande Prémio da Páscoa). Tendo em atenção que existia no Concelho uma Associação vocacionada para aquele tipo de eventos, fazia todo o sentido que a mesma fosse contactada para saberem da sua disponibilidade. Lembrou, que não tinha sido só aquela Associação a ser contactada para o apoio voluntário da prova, no entanto, só os “Runners” é que se tinham disponibilizado e como tal, envolvidos no processo, com benefício para o Município. -----

Voltou a solicitar a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar, de quem tinha sido a excelente iniciativa da limpeza da linha de água paralela à estrada de acesso à Aldeia de Santa Margarida. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário da Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha respondido a uma questão anterior, relativa a verbas destinadas ao funcionamento e equipamento na saúde, se as mesmas estavam relacionadas com a transferência de competências. Tinha constatado, que as casas de banho do Cemitério de



Constância tinham estado encerradas no período das Festas do Concelho - Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, pretendia saber o motivo. Também um dos portões do Cemitério apresentava uma deficiência na fechadura, estando permanentemente a bater. Também constatava, que o Alojamento Local na Vila e no restante Concelho tinha crescido significativamente, questionando se era possível saber quantos existiam e, se estavam a cumprir os critérios legais para funcionarem. Na última Assembleia Municipal, tinha reportado algumas anomalias na Piscina Municipal, mais concretamente, nos suportes dos chuveiros e nos secadores de cabelo, com avarias há algum tempo. Como o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha respondido que desconhecia o assunto, ela própria tinha tirado algumas fotos aos equipamentos avariados e enviado por e-mail para conhecimento. Até à presente data não tinha obtido qualquer resposta, apenas constatava que as deficiências reportadas se mantinham. Também pretendia saber a razão do atraso nas obras da Loja do Cidadão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância, Paulo Gameiro Sena Freitas, para referir que verificava alguns movimentos pouco habituais, junto a um edifício (antigo stand de automóveis) situado no entroncamento da Rua da Ponte com a Estrada Nacional 118. Questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha conhecimento do que se estava a passar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a iniciativa da limpeza referida tinha sido sua em colaboração com a coordenadora da Proteção Civil, Engenheira Filipa Gomes. Explicou que através da brigada da CIMT estavam a fazer um conjunto de faixas de gestão de combustíveis, estando aquele trabalho inserido no programa. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando pela verba relacionada com funcionamento e equipamento na área da saúde, estavam relacionadas com a transferência de Competências para manutenção e conservação dos edifícios. Quanto às casas de banho do Cemitério de Constância, a sua manutenção era da responsabilidade da Junta de Freguesia. Quanto à deficiência na fechadura do portão, tinha tido conhecimento do assunto e seria resolvido rapidamente. Sobre o Alojamento Local, não possuía naquele momento os dados solicitados, fazendo-os chegar posteriormente. Quanto aos equipamentos na Piscina Municipal e à resposta que a Senhora Deputada Municipal disse não ter recebido, referiu que a mesma tinha sido

Handwritten signature and initials in blue ink.

enviada pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, no pretérito dia 14 (catorze) de março, no entanto, se tivesse acontecido algum extravio, poderia voltar a enviar. Quanto ao atraso verificado nas obras da Loja do Cidadão, tinha tido uma reunião com o empreiteiro há cerca de quinze dias, tendo sido apresentado como justificação para o atraso, as condições atmosféricas adversas e a grande dificuldade no recrutamento de mão de obra qualificada. O empreiteiro iria entregar um pedido de prorrogação do prazo até outubro do ano corrente, para a conclusão dos trabalhos. -----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância, para referir que as casas de banho do Cemitério de Constância tinham estado encerradas, não na totalidade, apenas as das senhoras, por entupimento, fruto de má utilização. Referiu que o assunto era recorrente, não por falta de manutenção, mas sim por má utilização. ---

Voltou a solicitar a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para, na continuidade da questão que tinha colocado referente à limpeza da linha de água, parabenizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela iniciativa. No entanto, lembrava, que em tempos o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que o Município não poderia limpar terrenos a privados. Questionava se o trabalho era para continuar, uma vez que não estava concluído, sugerindo que as árvores secas fossem retiradas e o espaço reflorestado com uma cortina de novas árvores. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que pretendia colocar duas questões, sendo a primeira respeitante ao trânsito na Freguesia de Montalvo. A Freguesia estava com uma intensa atividade em termos de construção civil, criando alguns constrangimentos e perigosidade no trânsito, dando como exemplo; a falta de visibilidade na transição da Rua das Oliveirinhas para a Rua da Lagoa. Questionava, para quando a prometida regulamentação. A segunda questão dizia respeito à Zona Industrial de Montalvo, referindo que existiam lotes onde nunca tinha sido construída qualquer infraestrutura. Questionava, se já tinha sido equacionada a possibilidade de reversão daqueles espaços para o Município. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que numa Assembleia Municipal anterior, tinha solicitado verbalmente o contrato celebrado entre o Município de Constância e a Caima, com o compromisso dos 75.000€ (setenta e cinco mil euros) e não tinha obtido qualquer resposta. Também pretendia saber a razão de não constar no Relatório uma verba de 150.000€ (cento e cinquenta mil euros) prevista para o Cais do Tejo, no entanto, na informação escrita vinha uma referência sobre o assunto. Qual o ponto de situação. -----




O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre o trânsito na Freguesia de Montalvo. Tinham acontecido um conjunto de reclamações sobre o assunto que exigiam uma análise mais aprofundada, envolvendo algumas entidades (Junta de Freguesia, GNR, Proteção Civil e Câmara Municipal), antes de se avançar para a sua concretização. O assunto continuava na ordem do dia, aguardando-se apenas a referida análise. Sobre os lotes de terreno na Zona Industrial de Montalvo, já tinha dado aos serviços do património do Município, indicações para se avançar com o processo de reversão daqueles lotes para a Câmara Municipal. -----

Sobre as questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referiu que, o Protocolo solicitado ainda não tinha sido entregue apenas por esquecimento, iria fazê-lo rapidamente. Quanto ao Cais do Tejo, já tinha explicado o assunto numa das Assembleias Municipais anteriores, no entanto, voltava a referir que por falta de tempo útil, o Município não tinha cumprido os requisitos para avançar com o processo de candidatura. Mais recentemente, tinha recebido do Turismo de Portugal a informação para o Município reprogramar o referido investimento para a obra. O processo já tinha sido reiniciado e enviado para o Turismo de Portugal. --- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando se as obras previstas para o alargamento do Cemitério eram para avançar e, qual o ponto de situação. Sobre a questão do entupimento verificado nas casas de banho do Cemitério de Constância, referiu que a ideia que tinha sobre o assunto, era que o problema estava nas raízes das árvores que se tinham infiltrado nos esgotos. Se fosse apenas a má utilização, não seria necessário estarem frequentemente encerradas, haveria certamente outras soluções. Também pretendia ser esclarecida, sobre quem estava a desempenhar as funções de Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, após a saída do Doutor Luís Reis. Para terminar, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara pudesse reportar as dificuldades sentidas pelo Município com o apagão (falta de eletricidade), ocorrido no dia anterior, nomeadamente, dificuldades na coordenação com a Proteção Civil e ligações com população. -----

Voltou a usar da Palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária. Sobre as obras do alargamento do Cemitério, tinha tido uma reunião




com o empreiteiro, tendo este manifestado vontade em avançar com a obra, com uma revisão dos valores. Sobre os sanitários do Cemitério, com a devida autorização, deu a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, para um melhor esclarecimento sobre o assunto. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador começou por referir que no ano transato tinham sido solicitados os serviços do município para procederem ao desentupimento dos sanitários, por seis ocasiões. No presente ano, já lá tinham ido duas vezes. Na última intervenção, tinham retirado efetivamente, algumas raízes da caixa de esgoto. Também tinham verificado, que com os objetos depositados indevidamente nos sanitários e a infiltração de raízes, a seção da tubagem dos esgotos era manifestamente insuficiente. A solução passaria pela substituição da canalização dos esgotos. A obra estava planeada, no entanto, até ser executada, teria que haver mais cuidado na utilização daquele serviço. --- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às restantes questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim. Começou pela questão sobre quem desempenhava as funções de Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, referindo que estava a decorrer um processo de recrutamento para aquelas funções. Enquanto o processo não estivesse concluído, era ele próprio que resolvia os assuntos ou, os canalizava para os órgãos competentes. Sobre a questão do apagão, referiu que tinha existido por parte do governo uma total ausência, não tendo havido qualquer contacto com os autarcas. Tinha recebido uma mensagem do Senhor Subcomandante Regional da Proteção Civil, David Lobato, mostrando-se sempre disponível para apoiar no que estivesse ao seu alcance. Quando o Senhor Primeiro Ministro fez a sua comunicação ao País, estava ele reunido no Salão Nobre dos Paços do Município com as entidades responsáveis do Concelho, analisando a situação e tomadas de decisão, julgadas como mais adequadas. Referiu que, os serviços do Município tinham deixado de operar, tendo sido feita a devida articulação com a Guarda Nacional Republicana, Bombeiros e outras entidades. Uma das grandes prioridades era o abastecimento público de água que, no caso de vir a faltar, estava previsto o abastecimento à população, com Autotanques dos Bombeiros. Assim como, o combustível, necessário para as operações indispensáveis, disponível no armazém do Município em Vale de Mestre, abastecido com a ajuda de um gerador. Não tinha sido uma gestão fácil, fundamentalmente pelo sentido abandono do Governo Central. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, não para questionar, mas, para dar conta que tinha ouvido um debate referente às eleições legislativas, no Politécnico de Tomar, transmitido pela Rádio Hertz de Tomar, com Deputados de partidos com assento parlamentar na Assembleia da Republica.

Entre eles, o Deputado João Moura do PSD (Partido Social Democrata). Uma das questões tinha sido a posição dos seus partidos sobre a proclamada construção do Açude no rio Tejo. A resposta que tinha retido, tinha sido a resposta do Deputado afeto ao PSD, que, quando questionado, tinha referido que o projeto não era para avançar, no entanto, se algo viesse a acontecer, a opinião dos autarcas seria sempre e antecipadamente tida em atenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU- Coligação Democrática Unitária, começando por questionar o que é que o executivo estava a pensar fazer para corrigir o problema no piso (placas de granito) na Avenida das Forças Armadas, junto ao Monumento a Camões, em Constância. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que; sobre a intervenção da Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, tinha pouco a referir. Para além de não ter ouvido o debate, nada do que teria sido dito o deixava mais descansado. Aguardava por futuras decisões de um próximo governo. -----

Sobre a questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, informou que tinha feito uma reunião no local com um dos responsáveis pela empresa, para que fosse resolvida a situação de forma voluntária. No caso de não ser resolvida voluntariamente a anomalia, a situação mais provável, seria o acionar da garantia bancária e o Município proceder à regularização do piso. -----

Por esquecimento não tinha respondido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância, sobre a questão do imóvel em Constância Sul, no entroncamento da Rua da Ponte com a Estrada Nacional 118. Tinha tido conhecimento, que aquele espaço, embora no futuro pudesse vir a ser instalada uma unidade destinada à restauração, o motivo do movimento referido estava relacionado com limpezas, tendo em vista a utilização do espaço como armazém. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, não havendo mais questões passaria a palavra à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da Minuta da Ata e sua aprovação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam

produzir efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte minutos. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

António Luís Fernandes

Carla Silveira

Maria Tereza Baptista de Abreu





ANEXO I

Declaração de Voto

“Prestação de Contas e de Inventário relativos ao exercício de 2024

Iniciamos a nossa declaração de voto por parabenizar os serviços financeiros/contabilísticos da Autarquia pelo bom trabalho efetuado quer pela clareza quer pelo rigor no que respeita à elaboração e apresentação dos documentos em análise. -----

Considera-se que do ponto de vista técnico os documentos reflectem as demonstrações financeiras nos diversos itens exigidos legalmente – designadamente de acordo com a NPC 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas, conforme é referido na Certificação Legal de Contas sendo de registar como positivo o facto de não existirem reservas na Certificação Legal de Contas e a inexistência de pagamento em atraso. -----

Já do ponto de vista de análise política dos documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2024 a mesma não pode estar desligada da discussão e aprovação do orçamento para 2024 e suas GOP's (Grandes Opções do Plano) que se realizou a 21 de Dezembro de 2023, apresentadas pela actual maioria do partido Socialista que gere a Câmara Municipal que reflectiram a orientação política que a mesma pretendia adoptar para o ano de 2024 tendo na altura a CDU concordado com projecto tais como a Loja do Cidadão, projecto que, para além dos serviços inerentes ao mesmo visará a recuperação de património construído na vila bem como o investimento previsto a nível da habitação, ainda que algumas opções levantassem objecção da nossa parte. Pelo que desde já manifestamos a nossa preocupação no atraso com a obra da Loja do Cidadão bem como temos dificuldade em aceitar as justificações apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara na sua nota introdutória quando refere: “a habitação a custos acessíveis não teve execução em 2024, fruto de um novelo burocrático criado à volta deste processo...” quando através da comunicação social se verifica que noutros municípios já se encontram a decorrer obras desta tipologia como por exemplo em Vila de Rei a mediatejo.net noticia a 11 de março deste ano que a construção de cinco moradias se encontra a 50% dos trabalhos desenvolvidos e a construção de 30 fogos habitacionais com valor previsto de 2.592,94 sendo que 12 fogos já tem uma execução de 44%, e os restantes 18 fogos 36%. Já Alcanena assinou a 10 de Fevereiro deste ano o auto de consignação da empreitada de concepção construção num total de 107 fogos habitacionais. -----



E nós por cá, passo a expressão, somos uns coitadinhos lamentamo-nos que vemos concursos desertos para 4 fogos em Santa Margarida. -----

Apesar dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente continuamos a não compreender porquanto na rua Grande o Imóvel é propriedade da Câmara e não há obra executada. -----

Mas, voltando ao orçamento para 2024 e suas GOP's (Grandes Opções do Plano), como tivemos oportunidade de transmitir na reunião que dá cumprimento ao estatuto de direito de oposição deveriam ser considerados e/ou valorizados outros projetos que se consideram como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e afirmação territorial do concelho, designadamente tal como o investimento mais significativo na expansão da Zona Industrial de Montalvo e adopção de medidas de incentivo aos micro, pequenos e médios empresários e não apenas a inscrição 35,000 euros na respetiva rubrica mas pasme-se nem os 35 mil euros foram gastos sendo a taxa de execução 0%. -----

Quanto aos valores históricos de receita em IMT sinal da dinâmica do mercado imobiliário do concelho a que se refere o Sr. Presidente na sua nota introdutória deve estar desatento já que na página 73 se observa que o referido imposto decresceu 72 mil euros - 2023 (336.165,40) e em 2024 foi de 263.608,49. -----

Quanto às taxas de execução e apesar das sucessivas modificações orçamentais realizadas durante o ano e a revisão do final de 2024 cuja engenharia financeira permite elevar as taxas de execução desvirtuando o Orçamento que foi aprovado e badalado no valor 11.846.886 euros, mas que se ficou pelos 9.744.881,27 euros reflectindo uma falta de capacidade de execução de obra a que não é alheia algumas das justificações dadas pelo Sr. Presidente mas não suficiente quando comparado com obras e eventos realizadas noutros concelhos. -----

Relativamente à receita corrente e reconhecendo a dificuldade do município em gerar receita própria verifica-se um aumento e não se concorda que se justifique as dificuldades financeiras do município com as despesas com pessoal e o aumento generalizado dos preços de bens e serviços porquanto sendo verdade o certo é que a câmara municipal tem uma receita corrente extraordinária do Estado de 571.569,30 (veja-se página 75) e a despesa de pessoal que foi mais 188.099,11 conforme tabela da página 84 e explicado na página 86 é bem inferior sendo que os tais 188.099,11 euros inclui por exemplo outras despesas com pessoal como seja 72.000 euros em extraordinárias pelo que na nota introdutória o Sr. Presidente ao omitir esta situação subverte a realidade quanto às causas das dificuldades financeiras. -----

Quanto à aquisição de bens diminuiu cerca de 50.000 euros de 2023 para 2024 tendo a aquisição de serviços aumentado cerca de 71.500 euros no mesmo período (página 85).



Do que resulta que na nossa opinião não é verdade que a falta de investimento se deva ao aumento de salários e ao aumento de bens e serviços. -----

Parece-nos antes pela análise da tabela da página 89 que o aumento de custos com trabalhos especializados, a aquisição de serviços que poderiam ser realizados pela autarquia como por exemplo o aluguer de limpa fossas caso, houvesse preocupação na conservação e manutenção dos equipamentos, o recurso a serviços externos por falta de canalizador e mecânico por exemplo. -----

Também não podemos aceitar que exista um saldo acumulado negativo de 247.576 euros no âmbito da transferência de Competências da educação o que implica que a tesouraria da câmara municipal tivesse que adiantar esta verba que é da responsabilidade do Governo Central prejudicando o município e os munícipes com a falta de investimento naquele montante. E também não aceitamos a justificação displicente de que há um saldo positivo nas transferências de competências na área social e na saúde que compensa aquele saldo negativo. De facto, para além da falta de rigor de transparência a falta de reparação do sistema de aquecimento no centro de saúde de Constância que é da competência da câmara municipal não justifica o tal saldo positivo. -----

Por último e em termos gerais a gestão municipal continua a ser reactiva e não proactiva e com base no facebook já que uma crítica de uma rua suja ou com ervas desloca de imediato trabalhadores para resolver o problema. -----

Quanto à organização dos eventos culturais e desportivos passa-se a imagem de que correu tudo bem mas quando se participa ou se fala com os participantes a falta de rigor, brio e qualidade ficam aquém do exigido a uma câmara municipal. -----

Num tempo em que cada vez mais o individualismo impera e os dirigentes associativos das coletividades precisam de motivação a falta de articulação e apoio às forças vivas do concelho na realização de iniciativas não é potenciada. -----

Acreditamos pois como diz o Sr. Presidente que o ano de 2024 foi um ano exigente do ponto de vista financeiro talvez um dos mais difíceis dos quase dois mandatos que leva como Presidente da Câmara mas pensamos nós que sabemos como é difícil gerir uma câmara municipal com poucas verbas e pouca receita própria, com constrangimentos de contratação de pessoal e necessidade de autorização para a realização de despesa como foi no tempo da Troika, com os atrasos nos fundos comunitários e com as burocracias da administração central que não são de agora, que a vitimização só por si pode convencer alguns mas não resolve o essencial que são os problemas dos munícipes e o progresso do concelho. -----

Ontem como hoje sempre houve e haverá constrangimentos poderão é ser diferentes. ----





Com as dificuldades inerentes a um município como o nosso é preciso um líder e uma equipa que lidere nos pelouros atribuídos. Que se articule, se planeie, se faça controlo regular da concretização do planeado. É preciso ouvir quem tem mais experiência. É preciso passar e ver, ter iniciativa, contenção na despesa, muitos contactos no exterior, criatividade, determinação, dedicação à causa pública. -----

Os autarcas não são super homens nem super mulheres mas o que não podem é ser conformados. -----

Assim, pelas razões expostas anteriormente o voto dos eleitos da CDU é da Abstenção. --

Constância, 30 de Abril de 2025

Ângela Grilo

Cármén Silva

Joaquim Santos

Júlia Amorim

Maria do Rosário Martins"